

Continuam as mobilizações em todo o país

Banqueiros devem apresentar proposta global na rodada de negociação do dia 17 de setembro



NOTAS

Nossa Caixa: BB anuncia calendário prévio para incorporação

O Banco do Brasil anunciou em reunião realizada no último dia 3 o calendário prévio para a incorporação da Nossa Caixa. Está prevista para o dia 30 de novembro a extinção do CNPJ da instituição paulista e, consequentemente, de todas as diretorias e presidência. Será iniciado aí o processo de transição para a nova estrutura do banco.

A Nossa Caixa realizará entre 1º e 30 de novembro campanha de esclarecimentos sobre o Termo de Opção (T.O.) para os bancários que quiserem aderir ao regulamento de pessoal do BB.

As adesões, individualizadas, poderão ser feitas a partir de 02 de dezembro, sem prazo limite. Também a partir desta data, independentemente da opção, todos os auxiliares administrativos da Nossa Caixa (denominados escriturários ou posto efetivo no BB), bem como os caixas, poderão solicitar transferências para outras unidades com vagas disponíveis, desde que tenham atendidos os devidos requisitos. Neste caso, não haverá mais a necessidade de autorização das chefias.

Para os gerentes gerais, considerados pelo BB como prepostos (portanto detentores de cargos de confiança), a adesão ao regulamento de pessoal do BB será obrigatória para aqueles que tiverem interesse em manter a atual ocupação.

De acordo com os representantes do BB, todas as vagas que forem criadas em função da incorporação serão destinadas aos atuais funcionários da Nossa Caixa.

“Reafirmamos que o processo negocial será sempre o melhor caminho. Fomos vitoriosos na reversão das demissões e esperamos agora que o BB faça um bom processo de esclarecimentos sobre o Termo de Opção para dar tranquilidade aos funcionários da Nossa Caixa no momento de aderir ao regulamento de pessoal.

A próxima mesa temática sobre a incorporação está marcada para 17 de setembro

Da redação, com informações da Fetec-SP/CUT

Banco do Brasil

Empresa não negocia PCCS com trabalhadores

Instituição federal concordou em renovar algumas cláusulas do aditivo atual

A representação dos trabalhadores do Banco do Brasil se reuniu no último dia 11, em Brasília, com os representantes do Banco do Brasil para mais uma rodada das negociações específicas. Foram discutidas as cláusulas sociais e sindicais do acordo específico dos funcionários do BB.

A cláusula de maior destaque em debate virou fonte de frustração para os trabalhadores: o BB alegou não ter autorização do Dest (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais) para discutir a criação de um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS). O banco informou ainda que admite discutir outros pontos, como a carreira de mérito.

Lateralidade - Os bancários protestaram contra as informações desconstruídas apresentadas pelo banco a respeito da mudança da lateralidade nas agências com até sete funcionários, anunciada pela empresa na última negociação, ocorrida no dia 1º de setembro. Na ocasião, o BB informou que qualquer bancário poderia ser nomeado substituto dos funcionários ausentes, inclusive os lotados na mesma agência. Mais tarde, a empresa divulgou comunicado interno retificando a informação e dizendo que os bancários da mesma agência não poderiam ser substitutos.

Diante do protesto, a empresa alegou falha na comunicação, dizendo que a proposta do banco realmente impede que funcionários da mesma agência sejam nomeados. Para o movimento sindical, tanto o erro da empresa quanto a proposta não se justificam.

Equidade - O banco concordou em renovar algumas cláusulas do aditivo atual, como: adiantamento do 13º salário; ausências



Diretor do Sindicato Michel Miquelino (À esq.) discursa durante manifestação

remuneradas e permitidas; indenização por morte; movimentação de pessoal; anualização da licença-prêmio; escala de férias, entre outras.

O banco afirmou também ter permissão para apresentar propostas que contemplem a questão da equidade de gênero. Além disso, reforçou que pretende apresentar proposta para a criação de comitês de ética para combater o assédio moral na empresa.

Bancos incorporados - A situação dos funcionários do Besc e Nossa Caixa ainda não foi resolvida. O banco afirmou que eles ainda estão em fase de levantamento de dados para depois decidir como ficarão as questões do plano de previdência e assistência de saúde. Apesar de incorporados, esses bancários ainda não têm os mesmos direitos dos empregados do BB.

Outro ponto apresentado pelos trabalhadores foi a situação da licença-adoção para casais homoafetivos. O banco informou que

tem disposição em avançar nessa cláusula.

Também com relação a funcionários que foram vítimas de assalto ou sequestro, o banco concorda em garantir adiantamentos para as pessoas que tenham que ficar fora de sua residência ou cidade por conta dos efeitos da ocorrência.

Uma nova reunião de negociação foi pré-agendada para o dia 18 de agosto, às 10h. O local ainda não foi definido.

“O banco afirma estar aguardando autorização do DEST para poder negociar o PCCS, assunto que não é novidade para ninguém. Esse mesmo DEST, ao invés de atravancar as negociações, poderia por exemplo determinar um número máximo de contas por funcionário do Banco do Brasil, a fim de evitar o acúmulo de trabalho nas agências”, explica o diretor do Sindicato e funcionário do BB Michel Miquelino.

Da redação, com informações da Contraf-CUT

Seeb ABC

Campanha Nacional Bancários intensificam manifestações

Trabalhadores realizaram atividades no Grande ABC e no Estado de São Paulo, fotos: caravanas da diretoria pelo interior

Diante da postura inflexível dos banqueiros, que até agora não apresentaram proposta aos trabalhadores, os bancários do ABC seguem mobilizados e na luta por um acordo digno. Diversas manifestações estão sendo realizadas na região e no país para pressionar a entidade patronal. Na região foram realizados atos em São Bernardo (dia 11) e Mauá e Ribeirão Pires (ambas no dia 10).

A Campanha Nacional da categoria na região conta com o apoio da população, que se revolta contra o mau atendimento nas agências bancárias, somado ao longo tempo de permanência em filas e ao abuso na cobrança de juros e tarifas aos clientes. A imprensa regional tem dado destaque ao movimento bancário. Os veículos ABCD Maior, Bom Dia, Diário do Grande ABC, Diário Regional e TV+ noticiam



com frequência as manifestações e os resultados de negociações.

O protesto do dia 10 seguiu a programação do Dia Nacional de Lutas, estabelecida pelo Comando Nacional dos Bancários. Na data, foram realizadas manifestações em todo o país.



De acordo com a ContraFUT (Confederação Nacional dos Bancários), foram feitos protestos e paralisações nos principais centros financeiros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, entre outros.

As manifestações foram intensificadas após o último dia 9, quando foi realizada rodada de negociação entre a representação dos trabalhadores e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Após quatro encontros com a entidade patronal, ne-



Fotos: Dino Santos e Seeb ABC

nhum acordo foi apresentado. “O outro lado, o patronal, até agora não teve seriedade e não apresentou nenhum tipo de proposta, nenhuma contrapartida. Os bancos não apresentaram proposta nem de reposição da inflação”, protesta o diretor do Sindicato Belmiro Moreira.

Para o secretário-geral do Sindicato, Eric Nilson, que participou da última rodada de negociações, “não adianta existir o espaço da negociação se uma das partes já está convencida em não avançar”.

Eric cobra participação de todos os bancários e afirma que só com mobilização é possível conseguir um bom acordo. “Os banqueiros estão intransigentes. Só com muita luta e muita garra vamos conquistar os nossos objetivos da campanha”, afirma.





Manifestações no Grande ABC



Campanha Nacional Seguem negociações com Fenaban

Maioria das cláusulas da pauta de reivindicações não são aceitas pelos banqueiros; nova negociação dia 17

Durante a Campanha Nacional 2009 o Comando Nacional dos Bancários está em pleno processo de negociações com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a fim de debater toda a pauta de reivindicações da categoria.

Já ocorreram quatro rodadas de negociações sem sinalização de avanços para os trabalhadores bancários.

A primeira reunião que ocorreu no dia 11 de agosto, em São Paulo, a Fenaban se comprometeu a afastar bancárias gestantes para prevenir contágio pelo vírus H1N1 (gripe suína). Na ocasião também ficou definido o calendário de negociações com os temas específicos para serem debatidos durante a campanha. Os próximos encontros foram marcados para os dias 27 de agosto, 2, 9 e 17 de setembro.

Na rodada de negociação do dia 27/08, com a abordagem do tema emprego a categoria reivindicou a preservação dos postos de trabalho. O Comando discutiu uma alternativa para melhorar o atendimento bancário e o respeito ao cliente. A proposta apresentada é que exista um número mínimo de cinco funcionários na área de caixas por agência, cumprindo as leis que regulam o tempo de permanência nas filas em bancos. A proposta foi rejeitada pela Fenaban, afirmando não ser este o tema de negociação entre patrões e empregados.

Nesta segunda rodada os principais pontos debatidos foram preservação dos postos de trabalho, principalmente durante os processos de fusão, contratação de mais trabalhadores para atender a crescente demanda e o fim da terceirização, além do reconhecimento por parte das empresas da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que proíbe as demissões imotivadas. Na ocasião o Comando também reivindicou a manutenção da data-base em

primeiro de setembro e a prorrogação da Convenção Coletiva da categoria até 30 de setembro. Em relação a estas duas últimas propostas, os bancos concordaram.

A terceira rodada de negociações, realizada no dia 2 de setembro, com a tema principal 'Remu-

neração e Cláusulas Econômicas' terminou em impasse. Os banqueiros não apresentaram nenhuma proposta concreta sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados), mas aceitaram discutir adiante, um novo modelo sobre o adicional da variável de crescimen-

to sobre o lucro das instituições.

Em relação ao índice salarial, onde o Comando cobrou 10% (aumento real aproximadamente de 6%), a Fenaban não concordou em conceder este adicional aos bancários, pois alegou que já foi dado aumento real nos últimos anos e neste ano não há condições de atender esta reivindicação. Sobre a proposta de valorização do piso da categoria os banqueiros disseram não ser possível atender tal pedido.

Tanto o Plano de Cargos e Salários (PCS) quanto a Remuneração Variável serão cláusulas a serem negociadas banco a banco, pois a Fenaban alega que estes itens não são para serem discutidos na negociação nacional.

No dia 9/09, o Comando Nacional dos Bancários negociou com a Fenaban cláusulas sociais e relativas a saúde que abrangeram as discussões sobre a criação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para todos os bancários; ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses, prevista na Convenção Coletiva de Trabalho; auxílio educação; mais segurança nas agências e fim do assédio moral.

Mas, para a decepção dos bancários, esta quarta rodada de negociações também termina sem avanços. A Fenaban se recusa a responder as reivindicações da categoria.

A próxima reunião está marcada para o dia 17 (quinta-feira), onde a Fenaban se comprometeu a apresentar uma proposta global.

Segundo o secretário-geral do Sindicato que participará da última rodada de negociações, no próximo dia 17, Eric Nilson, "caso neste último dia de negociações não existir uma proposta a contento para a categoria teremos que mostrar a nossa força e união com paralisações em todo o país".

Veja o quadro de reivindicações, ao lado.

Pauta geral de todos os bancários

Econômicas
Índice de 10% (reposição da inflação mais 5% de aumento real)
PLR de três salários + R\$ 3.850
Tiquete-refeição R\$ 19,25 ao dia
Cesta-alimentação R\$ 465 ao mês (um salário mínimo)
13ª cesta-alimentação R\$ 465 (um salário mínimo)
Auxílio-creche/babá R\$ 465 ao mês (um salário mínimo)
Valorização dos pisos com base no salário mínimo do Dieese
Portaria R\$ 1.432
Escriturário R\$ 2.047
Caixa R\$ 2.763
1º Comissionado R\$ 3.477
1º Gerente R\$ 4.605
Contratação de toda remuneração (inclusive a parte variável, com o objetivo de acabar com imposição de metas abusivas)
Sociais
Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para todos construído a partir de negociação com os representantes dos trabalhadores
Garantia de emprego, fim das terceirizações e luta pela ratificação da Convenção 158 da OIT, que proíbe dispensas imotivadas como as que acontecem na fusão entre bancos
Ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses prevista em cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho
Auxílio-educação para todos
Mais segurança bancária
Fim do assédio moral

Pauta específica dos bancários do BB

Principais reivindicações
Novo Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), com valorização dos pisos
Fim da lateralidade e volta do pagamento de substituições
Isonomia entre funcionários novos, antigos e adquiridos, com a manutenção do maior benefício
Fim dos caixas flutuantes/itinerantes. Os caixas executivos devem ser todos efetivos e devem pertencer ao quadro das agências
Fim do voto de Minerva na Previ
Fim do assédio moral

Pauta específica dos bancários da Caixa

Principais reivindicações
Novo Plano de Cargos Comissionados
Jornada de trabalho de 6 horas diárias para todos os cargos
Isonomia entre os novos e antigos empregados
Unificação dos planos de benefícios da Funcef
Mais contratações para que se tenha um mínimo de três empregados por setor de atendimento em cada agência
Ampliação dos direitos dos aposentados

CEF

Negociação termina em impasse

Caixa emperra nas negociações e só apresentará contraproposta após negociações com Fenaban

As negociações específicas entre o movimento sindical e a CEF, realizadas na última sexta-feira (11), em Brasília, não avançam e frustram empregados. O banco afirmou estudar um parecer após negociações com a Fenaban, que ocorrerão no próximo dia 17. Ficou agendada para o dia 22 de setembro uma reunião para ser dada resposta sobre toda a minuta.

Veja abaixo o que foi discutido:

Democratização da gestão - Um dos pontos amplamente discutido se refere a representação de empregados na gestão, sendo no Conselho de Administração e no Conselho Diretor. A CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados) cobrou a instituição de um Vice-Presidente Representante (Virep) com mandato fixo e eleito pelo voto direto dos empregados, com direito a voz e voto nas reuniões do Conselho Diretor da Caixa, garantindo a participação de representantes dos empregados na comissão eleitoral.

Isonomia - A CEE/Caixa rei-



Diretor do Sindicato Jorge Furlan (à dir.) participou da negociação

vindicou que sejam atendidas a todos os bancários a licença-prêmio, o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), além da normatização das Apips.

Aposentados - Foi cobrada a migração dos participantes da Prevhav para a Funcef, com garantia de prioridade dos 40 participantes que foram vetados e uma solução para o Plano Espelho.

Além disso, o pagamento do auxílio e da cesta-alimentação a todos os aposentados e pensionistas, reafirmando que o benefício seja dado de forma continuada, incluindo os que saíram no PADV e os que perderam ações na justiça.

Funcef - Principal reivindicação: Fim do voto de Minerva. Uma vez que a composição do Fundo é paritária, com recursos da empre-

sa e dos trabalhadores, é necessário que essa paridade também esteja representada nas instâncias decisórias. Isso traria mais equilíbrio.

Outra questão abordada foi a mudança no método de custeio do REG/Replan não saldado, já que a manutenção deste sistema prejudica os 7 mil empregados que fazem parte deste método de custeio. A proposta foi recusada pela Caixa.

Contratações - Cobrança por urgência na solução dos problemas que ocorrem e a contratação imediata de pessoal para o preenchimento das vagas já autorizadas (2.200). Segundo a CEE/Caixa, a contratação é importante, mas insuficiente.

“Achamos ruim que a Caixa tenha que fazer a contraproposta após a negociação com a Fenaban antes de responder às nossas reivindicações específicas”, enfatiza o diretor do Sindicato e representante da Fetec-SP Jorge Furlan, que participou da reunião em Brasília.

Para a diretora do Sindicato e funcionária do banco Inês Galardinovic, é importante que a categoria esteja atenta. “Precisamos avançar em nossas mobilizações e caso os bancos continuarem com suas negativas teremos que demonstrar a nossa força e união com paralisações em todo o país”, conclui Inês.

Santander/Real: Negociações específicas dia 18

Primeira rodada de negociações abordará renovação do acordo aditivo

A direção do Grupo Santander Brasil, atendendo a solicitação das entidades sindicais, agendou a primeira rodada de negociações para o próximo dia 18 de setembro, que discutirá a renovação do acordo aditivo à convenção coletiva.

“Essa negociação objetiva a manutenção de importantes conquistas dos trabalhadores do Grupo Santander e a discussão de outras novas reivindicações”, destaca o secretário-geral do Sindicato, Eric Nilson. Também estará em negociação o Programa de Participação nos Resultados (PPR) de 2009. A reivindicação é o pagamento de R\$ 3 mil de PPR para cada trabalhador.

Pijama - O banco também confirmou que a adesão à licença remunerada pré-aposentadoria, o “pijama”, para quem perdeu o prazo, foi prorrogada para o dia 31 de outubro.

Dois salários para quem completa 25 anos - O banco ainda confirmou o pagamento do prêmio de dois

salários para quem completa 25 anos de empresa em 2009. A medida vale para todos os funcionários do grupo. Anteriormente só favorecia os trabalhadores do Real.

Segunda parcela do 13º salário - Em relação ao 13º salário, o banco pretende fazer o pagamento da segunda parcela deste ano em novembro para bancários do Real e em dezembro para o Santander. A Contraf-CUT e as demais entidades sindicais reforçam a reivindicação de unificar o pagamento em novembro para todos os trabalhadores.

“Esperamos que o banco reconsidere a sua decisão e faça o crédito da segunda parcela em novembro para todos, pois há bastante tempo para acertar o sistema evitando discriminar quem trabalha lado a lado pelo crescimento do banco”, salienta o diretor do Sindicato dos Bancários membro da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, Orlando Puccetti Jr.

Fonte: Contraf-CUT, com Seeb São Paulo e redação

Principais reivindicações específicas

- garantia de emprego
- centro de realocação profissional
- permanência da licença remunerada pré-aposentadoria (pijama)
- ampliação dos incentivos para aposentadoria
- melhoria das condições de trabalho
- manutenção do patrocínio ao Banesprev, HolandaPrev e Bandeprev
- eleições para representantes dos participantes no HolandaPrev e Sanprev
- manutenção do patrocínio da Cabesp
- aumento das bolsas de auxílio educação
- elevação do auxílio academia
- auxílio ao estudo de idiomas
- bolsa de férias
- auxílio para certificação da Anbid